

Demonstrações Financeiras

Construtora Triunfo S.A

31 de dezembro de 2017

Com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras

Construtora Triunfo S.A

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Sumário

Relatório dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração do fluxo de caixa	13
Demonstração do valor adicionado.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Construtora Triunfo S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora Triunfo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, Construtora Triunfo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Reconhecimento das Receitas e Despesas associadas aos Contratos de Construção**

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 2.2) e 5) ambas Contratos de Construção

A Companhia utiliza o método do percentual da margem de lucro global orçada, para apurar e registrar contabilmente as receitas e as despesas associadas dos contratos de construção de longo prazo. Devido à relevância dos custos/valores envolvidos, o julgamento utilizado para a determinação das estimativas usadas, na determinação do cálculo do percentual de conclusão da obra, que são base para o reconhecimento dos registros contábeis, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Resposta da Auditoria ao assunto

Efetuamos o entendimento dos controles internos chave implantados pela Companhia com o objetivo de verificar se as informações relevantes de cada contrato de construção ou projetos foram adequadamente capturadas, processadas, aprovadas e registradas, dando ênfase na rentabilidade, estimativas de custos a incorrer e acompanhamento do estágio de execução percentual do projeto.

Além disso, inspecionamos os orçamentos e obtivemos o entendimento sobre os aspectos desses contratos com a administração, avaliando as premissas adotadas como custos estimados, incorridos, receitas estimadas, margens, comparando essas informações com informações históricas. Efetuamos o recálculo da receita de contratos, por amostragem, reconhecida de acordo com o POC, bem como avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos contratos de construção de longo prazo.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da entidade derivadas de contratos de construção ou projetos são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

- **Teste de Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado**

Detalhes sobre a política contábil estão descritos na nota 2.9 – Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e 10) Imobilizado

A Companhia realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2017, totalizava o montante de R\$ 365.549 mil, conforme descrito na nota explicativa 10.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao processo de avaliação da recuperabilidade ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, principalmente na determinação da unidade geradora de caixa, da taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa, dos percentuais de crescimento e da rentabilidade dos negócios para os anos futuros.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das premissas utilizadas pela Companhia para o cálculo e apuração do valor recuperável, em particular relacionadas às estimativas das receitas, custos e despesas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa e margem de lucro da unidade geradora de caixa.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável do ativo imobilizado preparados pela administração da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável do ativo imobilizado preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Provisões e passivos contingentes – cíveis, trabalhistas e fiscais

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 2.11) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e 18) Provisões para contingências

A classificação de riscos de tais processos envolve julgamentos significativos e podem resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis, incluindo suas divulgações. Devido à complexidade e o julgamento envolvidos na avaliação e mensuração das Provisões e Passivos Contingentes, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos controles internos relacionados as Provisões e Passivos Contingentes e avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, a razoabilidade dos critérios e premissas utilizados, na metodologia de mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados, considerando ainda as informações e as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como dados e as informações históricas.

Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela administração e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações contábeis como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase - Valores a receber junto aos órgãos públicos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1, a Companhia possui créditos/valores a receber no ativo circulante e não circulante, oriundos de ações judiciais e relacionadas a contratos de empreitadas de obras já concluídas junto a órgãos públicos e créditos de natureza tributária, no montante de R\$ 510.458 mil. Durante exercício corrente, a Companhia reconheceu no resultado, a atualização monetária desses processos. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e também com relação à expectativa de recebimento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela

governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

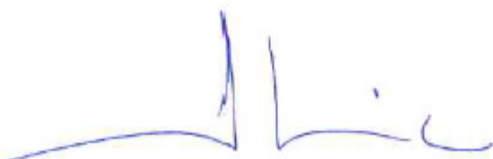
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis, do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 29 de março de 2018.

SAX AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC 2SP 024845/O-2



Alexandre Ralf Slavic
Contador - CRC 1SP207032/O-5

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.
 BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
ATIVO						PASSIVO					
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.799	5.860	19.546	27.957	Fornecedores	11	47.606	46.436	100.204	132.518
Contas a receber de clientes	4	438.588	382.880	522.179	461.854	Empréstimos e financiamentos	12	40.229	102.876	40.229	102.876
Impostos e contribuições a recuperar		3.160	1.901	3.808	2.751	Debêntures	13	18.336	14.038	18.336	14.038
Adiantamento de fornecedores		25.458	17.565	29.225	20.562	Salários e encargos trabalhistas		24.810	43.219	32.361	66.176
Partes relacionadas	6	69.153	109.153	69.153	109.153	Obrigações tributárias		28.452	24.737	43.232	43.944
Outros valores a receber		5.825	6.085	6.039	10.111	Parcelamento Ordinário	14	1.346	8.380	4.177	8.397
						Programa de regularização fiscal	15	16.368	8.356	16.381	8.637
						Partes relacionadas	6	-	-	-	440
						Adiantamento de Clientes	16	6.184	3.000	74.529	104.456
						Outras obrigações		1.260	2.182	2.051	2.816
TOTAL CIRCULANTE		558.983	523.444	649.950	632.388	TOTAL DO CIRCULANTE		184.591	253.224	331.500	484.298
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	4	291.713	282.259	311.713	282.259	Fornecedores	11	19.133	60	19.172	60
Contrato de Construção	5	-	51.241	20.317	64.395	Empréstimos e financiamentos	12	26.378	107.268	26.378	107.268
Partes relacionadas	6	187.518	120.429	187.443	139.227	Debêntures	13	-	16.730	-	16.730
Depósitos judiciais		22.774	22.922	23.337	23.645	Parcelamento FGTS		12.363	14.527	12.363	14.527
Bens imóveis destinados a venda	8	33.537	33.537	33.537	33.537	Parcelamento Ordinário	14	4.318	22.645	27.077	29.812
Investimentos destinados a venda		-	-	-	-	Programa de regularização fiscal	15	90.207	26.346	90.207	26.357
Outros créditos a receber		5.855	7.035	12.496	15.466	Partes relacionadas	6	11.884	3	1.351	3
Investimentos	9	190.132	123.919	78.417	44.218	Resultado de consórcios ativos	7	194.869	155.077	96.492	55.220
Imobilizado (líquido)	10	287.718	401.251	365.549	470.110	Resultado de consórcios paralisados	7	2.622	5.176	2.622	5.176
Intangível		4.096	9.563	4.104	9.563	Adiantamento de Clientes	16	116.614	122.675	116.614	122.675
						Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	41.557	45.067	41.557	45.067
						Provisões para contingências	18	24.173	16.705	24.173	16.757
						Contrato de Construção	5	41.562	-	84.643	-
						Outras obrigações		4.974	4.544	5.633	5.305
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.023.343	1.052.156	1.036.913	1.082.420	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		590.654	536.823	548.282	444.957
TOTAL DO ATIVO						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1.582.326	1.575.600	1.686.863	1.714.808	Capital social	19	74.035	74.035	74.035	74.035
						Reserva Legal		14.807	14.807	14.807	14.807
						Reserva de Lucros a realizar		587.326	566.874	587.326	566.874
						Ajuste de avaliação patrimonial		130.913	129.837	130.913	129.837
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		807.081	785.553	807.081	785.553
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1.582.326	1.575.600	1.686.863	1.714.808			1.582.326	1.575.600	1.686.863	1.714.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	381.996	545.178	384.399	545.178
Custos dos serviços prestados		(348.206)	(368.035)	(349.831)	(369.548)
Custos dos serviços prestados	24	(230.846)	(245.071)	(231.980)	(246.127)
Depreciação		(17.496)	(22.258)	(17.934)	(22.280)
Depreciação da reserva de reavaliação		(4.013)	(5.623)	(4.013)	(5.623)
Depreciação de consórcios	28	(912)	(1.039)	(912)	(1.039)
Custos de consórcios	28	(94.939)	(94.044)	(94.992)	(94.479)
LUCRO BRUTO		33.790	177.143	34.568	175.630
Despesas operacionais		22.906	(2.248)	22.052	(677)
Despesas administrativas	25	(33.749)	(30.308)	(33.639)	(30.381)
Honorários dos administradores		(1.781)	(1.648)	(1.781)	(1.648)
Depreciação e amortização		(1.379)	(1.517)	(1.524)	(2.638)
Depreciação de consórcios	28	(163)	(288)	(163)	(288)
Despesas de consórcios	28	(4.877)	(6.847)	(4.877)	(6.847)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	41.353	31.255	41.109	25.072
Outras receitas (despesas) operacionais consórcios	28	1.138	809	1.138	809
Resultado de Equivalência Patrimonial		22.364	6.296	21.789	15.244
LUCRO OPERACIONAL ANTES RESULTADO FINANCEIRO		56.696	174.895	56.620	174.953
Resultado financeiro	27	(41.686)	(47.976)	(41.279)	(47.884)
Resultado financeiro de consórcios	28	(4.054)	(4.117)	(4.054)	(4.117)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		10.956	122.802	11.287	122.952
Participações de Empregados – PPR/PLR-CCT		(755)	(1.022)	(755)	(1.022)
Participações de Empregados – PPR/PLR-CCT	22	(755)	(1.022)	(755)	(1.022)
Imposto de renda e contribuição social		38	(4.403)	(293)	(4.553)
Imposto de renda e Contribuição social - corrente		-	(736)	(331)	(886)
Imposto de renda e Contribuição social - diferidos		38	(3.667)	38	(3.667)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.239	117.377	10.239	117.377
Lucro Líquido por ação - R\$	21	0,1383	1,5854	0,1383	1,5854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSTRUTORA TRIUNFO SA
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	10.239	117.377	10.239	117.377
Outros resultados abrangentes				
. Variação Cambial de Investimentos no exterior	7.817	(32.170)	7.817	(32.170)
Total do resultado abrangente	18.056	85.207	18.056	85.207
Atribuídos a sócios da empresa controladora	18.056	85.207	18.056	85.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	74.035	14.807	431.483	173.896	-	694.221
Realização de IR e CS diferidos	-	-	-	6.125	-	6.125
Outros resultados abrangentes - Variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	(32.170)	-	(32.170)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(18.014)	18.014	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	117.377	117.377
Destinação lucro a realizar	-	-	135.391	-	(135.391)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	74.035	14.807	566.874	129.837	-	785.553
Realização de IR e CS diferidos	-	-	-	3.472	-	3.472
Outros resultados abrangentes - Variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	7.817	-	7.817
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(10.213)	10.213	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	10.239	10.239
Destinação lucro a realizar	-	-	20.452	-	(20.452)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	74.035	14.807	587.326	130.913	-	807.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSTRUTORA TRIUNFO S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	10.239	117.377	10.239	117.377
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38)	3.667	(38)	3.667
Depreciação e amortização	22.888	29.398	24.545	30.725
Baixa de ativo imobilizado, intangível e diferido	96.213	2.305	97.284	4.145
Juros sobre empréstimos, financiamentos	19.087	27.312	19.087	27.312
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	7.468	910	7.416	910
Resultado de equivalência patrimonial	(22.364)	(6.296)	(21.789)	(15.244)
Contratos de construção	92.803	(55.229)	128.721	(80.311)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	(65.162)	37.906	(89.780)	55.661
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	(27.089)	(52.254)	(8.216)	(44.970)
Impostos a recuperar	(1.259)	463	(1.057)	1.911
Adiantamento de fornecedor	(7.893)	(4.852)	(8.663)	(2.126)
Despesas antecipadas e outros valores a receber	1.588	1.642	7.350	7.038
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	20.243	7.706	(13.202)	26.815
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	49.119	62.461	39.626	7.847
Obrigações sociais e trabalhistas	(18.409)	21.920	(33.815)	25.617
Impostos, taxas e contribuições	48.063	27.347	62.096	30.550
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	-	(736)	(331)	(736)
Adiantamentos de clientes	(2.877)	(108.991)	(35.987)	(90.341)
Outras contas a pagar	(492)	1.304	(439)	1.394
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	222.128	113.360	183.047	107.241
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de investimentos	(36.032)	53	(4.593)	(612)
Aquisição de bens do imobilizado	(101)	(4.929)	(11.801)	(5.396)
Adições ao ativo intangível e diferido	-	-	(8)	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(36.133)	(4.876)	(16.402)	(6.008)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	-	(67.217)	-	(38.632)
Recebimentos de empresas ligadas, operações não comerciais	-	11.592	-	11.592
Captações através de empréstimos, financiamentos	2.864	32.806	2.864	32.806
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(177.920)	(90.810)	(177.920)	(90.810)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	(175.056)	(113.629)	(175.056)	(85.044)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.939	(5.145)	(8.411)	16.189
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.860	11.005	27.957	11.768
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	16.799	5.860	19.546	27.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONSTRUTORA TRIUNFO SA
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
1. RECEITAS	424.343	572.294	426.867	572.294
1.1 Vendas Mercadorias / Serviços	424.343	572.294	426.867	572.294
2. INSUMOS ADQUIRIDOS TERCEIROS	131.652	122.565	132.951	130.092
2.1 Custos das Mercadorias / Serv. Vendidos	149.673	134.517	149.673	134.517
2.2 Materiais / Energia / Serviços de Terceiros	23.332	19.306	24.631	26.860
2.3 Ganhos / Recuperação de Valores	(41.353)	(31.258)	(41.353)	(31.285)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	292.691	449.729	293.916	442.203
4. RETENÇÕES	23.963	30.725	24.545	31.869
4.1 Depreciação / Amortização	23.963	30.725	24.545	31.869
5. VALOR ADICION. LIQUIDO PRODUZ. ENTIDADE (3 - 4)	268.728	419.004	269.371	410.334
6. VALOR ADICION. RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	24.982	10.204	25.216	19.882
6.1 Resultado da Equivalência Patrimonial	22.364	6.296	21.789	15.244
6.2 Receitas Financeiras	2.618	3.908	3.427	4.637
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	293.710	429.208	294.587	430.216
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	293.710	429.208	294.587	430.216
8.1 Pessoal / Encargos	192.152	223.715	192.174	223.936
Remuneração direta	166.951	202.098	166.973	202.319
Benefícios	17.060	11.677	17.060	11.677
FGTS	8.141	9.940	8.141	9.940
8.2 Impostos / Taxas / Contribuições	42.645	31.990	43.097	32.140
Federais	29.235	12.490	29.687	12.640
Municipais	13.410	19.500	13.410	19.500
8.3 Juros e Aluguéis	48.674	56.126	49.076	56.763
Juros	48.358	56.002	48.760	56.639
Aluguéis	316	124	316	124
8.4 Juros sobre Capital Próprio (Lucro/prejuízo do exercício)	10.239	117.377	10.239	117.377
Lucros do exercício	10.239	117.377	10.239	117.377

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Construtora Triunfo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

a. Apresentação da Companhia

A Construtora Triunfo foi criada no Paraná, no final da década de 70, é uma das mais tradicionais construtoras no segmento de infra-estrutura do Brasil, e uma das poucas que possui capacitação tecnológica e humana diversificada para realizar obras de diferentes naturezas. Nos anos 80 passou a atuar no desenvolvimento do Mato Grosso e de todo Centro-Oeste brasileiro. A partir de 1994 deu início à fase de expansão de suas atividades, com a participação na Concessionária do Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Itiquira (MT).

A Companhia possui certificações em diversos processos, além de treinamentos e desenvolvimento de procedimentos que geram melhor desempenho nas construções de suas obras. Em 2004, foi implantado o Sistema de Gestão de Qualidade com certificação da companhia na ISO 9001:2008, em 2010 a certificação do PBQP-H SIAC:2012 nível A, em 2016 uma nova certificação a ISO 14001:2015 – Sistema de Gestão Ambiental.

A Companhia tem por objeto social as atividades de montagem eletromecânica e de construção civil em geral, atuando como construtora, montadora, coordenadora e ou supervisora, na execução por administração, empreitada, sub-empreitada, concessionária, permissionária e demais modalidades de contratação e está presente em dez estados da Federação, nas regiões norte, sul, sudeste e centro-oeste onde já foram realizadas obras nos segmentos de rodovias, hidrelétricas, portos e construção civil e industrial.

A Companhia possui em carteira obras contratadas com execução prevista para os próximos anos, sendo os principais projetos:

PROJETO	OPERAÇÃO	TÉRMINO PREVISTO
Nova Subida da Serra - Petrópolis (RJ)	Implantação da "nova subida da serra", entre os KM's 102 e 82 da Rodovia BR 040, compreendendo a execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação, obras de arte corrente, drenagem, sinalização, obras complementares, túnel, obras de arte especiais e obras de contenção no trecho acima descrito.	2020
Dragagem Porto Itajaí (SC)	Contratação de obras de dragagem de manutenção dos acessos aquaviários ao Porto de Itajaí, garantindo as profundidades de -14,00m na bacia de evolução e canal interno, e de -14,50m no canal externo, para a Superintendência do Porto de Itajaí	2018
UHE SINOP (MT)	Implantação da Usina Hidrelétrica Sinop, por modalidade de preço global Turn key, planta de capacidade instalada de 400MW no rio Teles Pires, nos municípios de Cláudia e Itaúba/MT	2018
BR 060/153/262 (DF/GO/MG)	Serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares, duplicação das rodovias BR 60, 153 e 262	2020
Ampliação Rodovia PR 415	Execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem e obras de arte correntes, obras de arte especiais, conservação rodoviária, sinalização, iluminação pública e serviços complementares para ampliação de capacidade de tráfego da rodovia PR 415 (Rodovia João Leopoldo Jacomel), trecho: Curitiba - Pinhais - Piraquara, numa extensão de 14,07 km	2018
Reabilitação Rodovia SC-486	Lote 02: Reabilitação da Rodovia SC-486, trecho: BR-101 - Brusque, com extensão de 20,906 km	2018
Recuperação Emergencial Rodovia	Obra de recuperação emergencial da Rodovia Transbrasiliana BR-153 Km 0 ao 347,7, abrangendo o Município de Lins / SP	2018
Bacia de evolução Porto de Itajaí (SC)	Reestruturação do canal de acesso ao complexo Portuário de Itajaí, contemplando a instalação da nova bacia de evolução, re-posicionamento do mole norte e contenção das margens do canal de acesso aos portos de Itajaí e Navegantes	2018
Manutenção do pavimento flexível rodovia Transbrasiliana	Manutenção do pavimento flexível com utilização de equipe de fresagem, na Rodovia BR-153/SP, do km 0 ao km 347,70	2019
Duplicação de trechos específicos da Rodovia Transbrasiliana	Execução de serviços com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários as obras de Duplicação de trechos específicos da Rodovia BR-153/SP, conforme planilha de quantidades, estabelecidas no Termo Referência, e Projetos Executivos.	2022
Melhorias de acesso à Rodovia Transbrasiliana	A execução serviços e no fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e demais fornecimentos necessários as obras de melhoria de acessos da Rodovia BR-153/SP, nos seguintes locais: Km 0+35, Km 107+200; Km 119+700; Km 161+700; Km 278+500; Km 279+400; Km 286+500; Km 301+900; Km 310+600; Km 314+180; Km 319+200; Km 322+870 e Km 325+800	2018
Metrô / SP	Execução do remanescente das obras civis, contemplando obra bruta e acabamento do pátio espraída da Linha 17- Ouro da Comanhia do Metropolitano de São Paulo - METRO	2019
Obras de Pavimentação da SC-467	Execução de Obra de Pavimentação da SC-467, trecho Jaborá - Entr. SC-150 (p/ Ouro) / ct ac Jaborá / ac Santa Helena, com extensão de 33,620 km.	2019
Obras de adequação BR-163/MT	Obras de Adequação da Rodovia BR-163 - Interferência 03 (Corrego Loanda) - Novo Traçado da Pista e Implantação de 02 Pontes	2019
Obras de adequação BR-163/MT	Prestação de Serviços de Obras Para Abertura de estradas Malha Viária Fase II - Acessos Internos - Propriedades com Relocação da Habitação - com Interrupção do acesso atual	2019
Obras de adequação BR-163/MT	Execução de obras e serviços de engenharia, com o fornecimento de todos os materiais, mão de obra e equipamentos que forem necessários para a execução de obras de adequação das obras identificadas como Interferência 07 - Estrada da Balsa Atlântica, nas condições especificadas no TR.018/2017.	2019

2. Políticas contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não há em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2018.

b. Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresenta-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018 e 2019:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra o projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Companhia está avaliando essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes – A IFRS 15 substituirá praticamente todas as regras para reconhecimento de receitas. Esse modelo único busca trazer maior consistência e comparabilidade das práticas para reconhecimento de receitas entre setores, introduz novas estimativas e julgamentos, além de novos requisitos de divulgação. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras.
- A IFRS 16 – Arrendamentos - substituirá as normas de arrendamento mercantil. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia está avaliando essa nova norma, mas não espera que cause impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para propriedades e investimentos destinados a venda que estão a valor justo.

d. Base de consolidação

Em função da NBC TG 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e NBC TG 19- Negócios em Conjunto, equivalentes ao IFRS 10 e 11, respectivamente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações de suas Controladas, bem como os negócios em conjunto que a companhia possui.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as joint ventures estão sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Em relação às operações em conjunto, estão sendo registrados os ativos, passivos, receitas, custos e despesas dos acordos sobre as quais a Companhia detém o controle.

Os exercícios sociais das entidades incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

2.1. Conversão de moeda estrangeira

- a) Moeda funcional e moeda de apresentação e conversão das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e que corresponde a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

- b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos da controlada no exterior, cuja moeda funcional é a moeda local, são convertidas para reais à taxa de câmbio média mensal, que se aproxima da taxa de câmbio vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício. Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” nas demonstrações do resultado abrangente e no patrimônio líquido.

2.2. Reconhecimento de receita

Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluído descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços e de locação somente são reconhecidas quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao contratante, o valor da receita pode ser estimado com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia.

A receita de serviços prestados de construção é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

Contrato de Construção

As receitas de contrato de construção são reconhecidas pela Companhia tomando como base o estágio de execução das obras e contemplando a mensuração dos custos incorridos com os trabalhos executados em cada contrato, conforme CPC 17 – Reconhecimento da receita.

Participação em consórcios

As atividades de consórcio não possuem, conforme prevê a legislação brasileira, capital ou responsabilidade jurídica própria, nem prejudica ou beneficia as partes no que diz respeito às suas próprias personalidades jurídicas, devendo ser considerado tão somente como um acordo através dos quais as partes cooperam, mutuamente, para prestação de serviços.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda de e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeira sem qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e sobre o ajuste de avaliação patrimonial. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Impostos sobre vendas de serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre os serviços prestados.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS - Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2 a 5,00%
CPRB – Contribuição Previdenciária	4,5%

Os serviços prestados são apresentados na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas).

2.4. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como: (1) A valor justo por meio do resultado, (2) Empréstimos e recebíveis, (3) investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, (4) Derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia e controladas determinam a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia e das suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, aplicações, e outros recebíveis. A Companhia e controlada classificam seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Não há, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

(ii) **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia e as suas controladas avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia, de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

(iii) **Passivos financeiros**

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Não há em 31 de dezembro de 2017 e 2016 valores que requeiram ajuste a seu valor presente.

2.6. Propriedades para investimento

A companhia adota como sua política contábil com relação a mensuração subsequente de propriedade para investimento, do método de custo para método do valor justo, com as alterações do valor justo reconhecidas no resultado. O grupo acredita que a mensuração subsequente usando o método do valor justo apresenta informações mais relevantes sobre a performance dos ativos, assiste os usuários a entender os riscos associados a estes ativos e é consistente com a prática da Companhia para esses ativos.

2.7 Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.8 Participação em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as Controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na Controlada.

As participações societárias nas Controladas serão demonstradas na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua Controlada.

2.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a construção em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12 Demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Bens e Investimentos destinados a venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor em um grupo de ativos classificados como mantidos para venda é alocada para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata exato que, nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixas e fundos fixos	1.025	258	1.579	840
Bancos conta movimento	15.667	59	16.046	304
Aplicações financeiras	107	5.543	1.921	26.813
Total Disponibilidade	16.799	5.860	19.546	27.957

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI (compromissadas), resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

As aplicações financeiras estão apresentadas como segue:

Instituição Financeira	Modalidade	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Banco Safra S.A.	Fundo Market DI	0,5% a.m. CDI	18	18	18	18
Banco Brasil	BB FIX	0,28% CDB	89	87	774	21.201
Caixa Econômica Federal	CDI	100% CDI	-	5.438	-	5.438
Banco Bradesco	CDB	100% a.m. CDB	-	-	309	156
Santander	CDI	100% CDI	-	-	820	-
			107	5.543	1.921	26.813

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Faturas a receber e notas de débito c/consórcios	179.263	141.326	282.854	154.479
Serviços executados à faturar	40.454	40.444	40.454	106.265
Direitos creditórios (ver nota 4.1)	510.458	483.243	510.458	483.243
Outras contas a receber	126	126	126	126
Total contas a receber de clientes	730.301	665.139	833.892	744.113
Parcela do circulante	438.588	382.880	522.179	461.854
Parcela do não circulante	291.713	282.259	311.713	282.259

4.1 Direitos Creditórios (controladora e consolidado)

A Companhia tem direitos creditórios decorrentes de ações judiciais junto à órgãos públicos, referentes aos serviços efetivamente executados, conforme cláusulas dos contratos celebrados com esses órgãos, onde existem ações movidas pela Companhia para garantir o direito de recebimento desses serviços, com as devidas atualizações previstas contratualmente pela falta de pagamento dos serviços por alguns órgãos públicos.

Processos	Juros de mora	Juros	Danos	Total
		Compensatórios	Emergentes	
Processos referentes a obras já executadas (i)	220.384	14.862	312.042	547.288
Processos referentes consórcios (ii)	13.052	-	14.164	27.216
Processos referentes a tributos (iii)	4.563	-	6.334	10.897
	237.999	14.862	332.540	585.401

- (i) Os direitos creditórios referentes às obras já executadas versam sobre recomposição patrimonial ocasionada pelo atraso no pagamento das faturas e diferenças contratuais
- (ii) Os direitos creditórios referente a tributos, junto à União Federal são relacionados à repetição de indébito
- (iii) A Companhia participa em consórcios os quais também pleiteiam reequilíbrio contratual, portanto, está reconhecendo no seu ativo sua participação nestes processos

Os assessores jurídicos consideram como expectativa de êxito provável o montante de R\$585.401 (R\$538.187 em 31.12.2016) de processos ativos. Deste montante foi reconhecido contabilmente, na Companhia o total de R\$510.458 (R\$483.243 em 31.12.2016), no ativo circulante a parcela de R\$219.367 (R\$201.605 em 31.12.2016) e no ativo não circulante a parcela de R\$291.091 (R\$281.638 em 31.12.2016).

Com base no mesmo parecer jurídico, o montante de R\$510.458 (R\$483.243 em 31.12.2016), é considerada líquida de efeitos tributários, visto que as ações são caracterizadas como danos emergentes correspondentes a recomposição do patrimônio perdido em decorrência de prejuízos causados pelo não cumprimento de cláusulas contratuais por parte de órgãos governamentais, e dessa forma não sofre incidência tributária enquanto não recebido.

5. Contratos de Construção

Baseando-se no que dispõe o CPC 17 – Reconhecimento da receita, a Companhia apurou suas receitas, utilizando o método do percentual da margem de lucro global orçada para dois contratos de longo prazo a saber:

Em 2013 a Companhia firmou o contrato de fornecimento de bens e serviços - “EPC” (Engineering Procurement and Construction), incluindo fornecimento de matérias com a CES – Companhia Energética Sinop S.A para implantação da Usina Hidrelétrica SINOP, com prazo de duração até outubro de 2018.

Em 2014, a Companhia firmou contrato para execução das obras de serviços de recuperação e manutenção, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço das Rodovias BR-060, BR-153 e BR-262/DF/GO/MG com a CONCEBRA – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A, com prazo de execução até 2020.

As obras da Nova Subida da Serra executadas pela Consórcio Nova Subida da Serra – CNSS, onde a Companhia possui 62,5% de participação, iniciaram em janeiro de 2014 e fazem parte do trecho da BR-040 sob administração da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S/A - CONCER, com prazo de execução até 2020.

As obras para Construção do Novo Terminal de Passageiros do Aeroporto de Viracopos em Campinas-SP executadas pela Consórcio Construtor Viracopos – CCVP, onde a Companhia possui 50% de participação, fazem parte do contrato firmado com a Aeroportos Brasil Viracopos S.A, encontra-se na fase final das obras.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a companhia possuía como saldo remanescente de receita reconhecida os montantes conforme abaixo:

	controladora		consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Direitos de faturar (underbilling)				
.Empreendimento UHE SINOP	-	51.241	-	51.241
.Empreendimento Nova Subida da Serra (62,50%)	-	-	20.317	13.154
Ativo não circulante	-	51.241	20.317	64.395

	controladora		consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações de construir (overbilling)				
.Empreendimento UHE SINOP	5.313	-	5.313	-
.Empreendimento Duplicação Rodovias BR 060/153/262	36.249	-	36.249	-
.Empreendimento Aeroporto Viracopos(50%)	-	-	43.081	-
Passivo não circulante	41.562	-	84.643	-

6. Partes relacionadas

6.1 Créditos com partes relacionadas:

	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	Dividendos a receber	94	94	94	94
Triunfo Holding de Construção S.A	Contas a receber	254.760	211.417	254.685	230.215
Triunfo Holding de Participação S.A	Contas a receber	1.781	1.781	1.781	1.781
TCE Engenharia Ltda	Contas a receber	-	16.254	-	16.254
Acciona e Triunfo Construções	Contas a receber	36	36	36	36
		256.671	229.582	256.596	248.380
Parcela circulante		69.153	109.153	69.153	109.153
Parcela não circulante		187.518	120.429	187.443	139.227

Com o objetivo de efetivar a circulação de recursos financeiros para gerir e desenvolver as atividades dos objetos sociais de Companhia e sua controladora “THC”, as partes ajustaram diversos pactos denominados “mútuos”; considerando ainda que, tais operações caracterizam a gestão de recursos financeiros em condomínio e relação contratual de conta-corrente. As partes formalizaram em 28 de dezembro de 2013 um instrumento de cessão de créditos, acertos e programações de liquidações para realizar o acerto e liquidação dos valores que circularam entre as partes, fazendo-se a quitação recíproca, e definindo-se a pactuação deste conta-corrente.

Em 30 de novembro de 2017 a Companhia formalizou um Instrumento Particular de Transação para compensação de débitos e créditos no montante de \$34.512 que controladora THC – Triunfo Holding de Construções Ltda detinha com a parte relacionada TCE Engenharia Ltda. Em 31 de dezembro de 2017 saldo à receber com a Holding “THC” é de R\$254.760 (R\$211.417 em 31.12.2016), considerando o montante dos créditos recebidos em 30 de novembro de 2017, conforme o Instrumento firmado.

6.2 Débitos com partes relacionadas:

	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
TCE Engenharia Ltda	Conta Corrente	11.881	-	1.348	-
Soma Serviços de Manut. Total Ltda	Contas a pagar	3	3	3	3
CMA Empreendimentos Ltda	Contas a pagar	-	-	-	440
		11.884	3	1.351	443
Parcela circulante		-	-	-	440
Parcela não circulante		11.884	3	1.351	3

7. Transações com consórcios

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 participações em consórcios, com a finalidade exclusiva de aumentar a capacidade produtiva e operacional no desenvolvimento de projetos de interesse recíproco aos participantes.

As operações com consórcios formados com participação da Companhia, são registradas em “créditos com consórcios” à medida que são efetuadas remessas de numerário e, em “obrigações com consórcios” à medida que ocorrem recebimentos. Além disso, mensalmente, de acordo com o CPC 19 (R2) (IFRS 11) e NBC TG 19 - Negócios em Conjunto as contas de resultado são refletidas pela Companhia, na proporção de sua participação,

em suas correspondentes contas de resultado, com contrapartida em seu ativo ou passivo. Ao final do contrato objeto do consórcio, é efetuada a apuração de seu resultado e o consequente encerramento das contas.

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 das operações realizadas por estes consórcios e registradas nas contas patrimoniais estão conforme demonstrado:

7.1 Consórcios paralisados:

31.12.2017			31.12.2016		
Operações ativas	Operações passivas	Total Líquido	Operações ativas	Operações passivas	Total Líquido
10.533	(13.155)	(2.622)	6.340	(11.516)	(5.176)
10.533	(13.155)	(2.622)	6.340	(11.516)	(5.176)

7.2 Consórcio ativos:

Descrição	Controladora					Total	Eliminações	31.12.2017	31.12.2016
	CMT	Viracopos	CNSS	SC486 Brusque	Linha Ouro				
ATIVO									
Ativo circulante	2	185.390	53.349	12.284	7.584	258.609	(170.749)	87.860	109.443
Não circulante	-	8.326	20.742	-	1.400	30.468	-	30.468	26.021
TOTAL DO ATIVO	2	193.716	74.091	12.284	8.984	289.077	(170.749)	118.328	135.464
PASSIVO									
Passivo circulante	10	210.812	23.947	51.411	5.353	291.533	(43.102)	248.431	283.281
Não circulante	1.843	(8.110)	49.399	2.519	1.276	46.927	17.839	64.766	7.260
TOTAL DO PASSIVO	1.853	202.702	73.346	53.930	6.629	338.460	(25.263)	313.197	290.541
ATIVO (-) PASSIVO	(1.851)	(8.986)	745	(41.646)	2.355	(49.383)	(145.486)	(194.869)	(155.077)
Consolidado									
Descrição	CMT	Viracopos	CNSS	SC486 Brusque	Linha Ouro	Total	Eliminações	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO									
Ativo circulante	2	185.390	53.349	12.284	7.584	258.609	(275.266)	(16.657)	27.164
Não circulante	-	8.326	20.742	-	1.400	30.468	(10.152)	20.316	-
TOTAL DO ATIVO	2	193.716	74.091	12.284	8.984	289.077	(285.418)	3.659	27.164
PASSIVO									
Passivo circulante	10	210.812	23.947	51.411	5.353	291.533	(189.609)	101.924	55.273
Não circulante	1.843	(8.110)	49.399	2.519	1.276	46.927	(48.700)	(1.773)	27.111
TOTAL DO PASSIVO	1.853	202.702	73.346	53.930	6.629	338.460	(238.309)	100.151	82.384
ATIVO (-) PASSIVO	(1.851)	(8.986)	745	(41.646)	2.355	(49.383)	(47.109)	(96.492)	(55.220)

8. Bens imóveis destinados à venda (controladora e consolidado)

Continua destinado a venda o imóvel fazenda situada na região leste do Estado do Amazonas, no município de Silves, junto aos lagos Curuá, Saracá e Camaçari, adjacentes à margem esquerda do rio Amazonas. A propriedade limita-se ao norte e a leste com terras devolutas do estado e ao sul e a oeste com terras da Agroindustrial Itacoatiara S/A, possui Área total de 24.000 hectares, sendo distribuído em Área cedida ao extinto Instituto Fundiário do Amazonas (IFAM) - (2.400ha), Ocupação por terceiros - (2.000ha), Áreas sem florestas (campos naturais, áreas alagadas, etc.) - (2.086ha), Áreas de Preservação Permanente (APP) - (2.053ha), Áreas destinadas à infraestrutura (403ha) e Remanescente florestal (15.057ha).

O ativo foi avaliado por empresa especializada e seu valor registrado, líquido dos custos de comercialização e impostos, está baseado em pré acordo junto a interessados no processo.

9. Investimentos

Os investimentos da Companhia em controladas apresentam a seguinte composição:

	Controladora								31.12.2016
	31.12.2017								Investimento
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	Varição Cambial	Outros	Investimento	
Triunfo Construction LLP	58.003	56.582	-	99,99%	-	24.110	-	80.692	72.875
TCE Engenharia Ltda	77.524	81.602	612	100,00%	1.788	-	26.885	108.487	50.093
Outros investimentos	-	-	-	-	(426)	-	953	953	951
					<u>1.362</u>	<u>24.110</u>	<u>27.838</u>	<u>190.132</u>	<u>123.919</u>

A variação cambial referente ao investimento controlado no exterior foi reconhecida inicialmente em outros resultados abrangentes em conta específica do patrimônio líquido, e devem ser transferidas do patrimônio líquido para a demonstração do resultado quando da baixa do investimento líquido, de acordo com o item 48 do Pronunciamento Técnico CPC 26.

Em 23 de março de 2017 e 01 de agosto de 2017 a Companhia efetuou a cessão e transferência de ativos e a respectiva integralização de capital na investida Triunfo Engenharia Ltda no montante de R\$56.604, compreendidos de tangíveis e intangíveis (direitos creditórios, equipamentos e acervos técnicos).

10. Imobilizado

		Controladora		
		31/12/2017		31/12/2016
Taxa anual Depreciação	Imobilizado	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Terrenos	-	5.356	-	5.356
Edificações	4%	4.137	(1.616)	2.521
Embarcações	5 a 20%	5.010	(3.974)	1.036
Veículos	1 a 23%	89.733	(23.815)	65.918
Tratores/máquinas e instalações inds	1 a 25%	284.112	(87.565)	196.547
Ferramentas e equipamentos	3 a 49%	36.916	(27.329)	9.587
Móveis, utensílios e Instalações Coml	10%	4.449	(2.699)	1.750
Equipamentos de informática	20%	7.139	(6.131)	1.008
Arrendamento mercantil	3,33 a 5%	3.672	(608)	3.064
Consórcio de veículos	-	679	-	679
Total do custo		441.203	(153.737)	287.466
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	3.103	(2.851)	252
		444.306	(156.588)	287.718
				400.940
				311
				401.251

		Consolidado		
		31.12.2017		31.12.2016
Taxa anual Depreciação	Imobilizado	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Terrenos	-	13.744	-	13.744
Edificações	4%	4.137	(1.616)	2.521
Embarcações	5 a 20%	61.890	(3.982)	57.908
Veículos	1 a 23%	98.000	(30.406)	67.594
Tratores/máquinas e instalações inds	1 a 25%	299.629	(94.973)	204.656
Ferramentas e equipamentos	3 a 49%	40.432	(28.669)	11.763
Móveis, utensílios e Instalações Coml	10%	5.485	(3.183)	2.302
Equipamentos de informática	20%	7.757	(6.691)	1.066
Arrendamento mercantil	3,33 a 5%	3.672	(608)	3.064
Consórcio de veículos	-	679	-	679
Total do custo		535.425	(170.128)	365.297
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	3.103	(2.851)	252
		538.528	(172.979)	365.549
				469.799
				311
				470.110

Os ativos imobilizados são sujeitos a análise de *impairment* anualmente, conforme determina o CPC 01 Valor Recuperável dos Ativos. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2017 e no plano de negócios de longo prazo das Companhias. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados no histórico e, (iii) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados ao custo médio ponderado de capital.

A seguir apresentamos o ativo imobilizado da companhia por movimentação dos bens:

Contas	Controladora				
	Terrenos	Arrendamen to Mercantil	Tratores/Máqu inas/Veículos/I nst. Industriais	Outras Imobilizações	Total
Imobilizado líquido em 31.12.2016	5.356	3.247	368.264	24.384	401.251
Custo em 31.12.2016	5.356	3.672	509.207	64.496	582.731
Aquisições	-	-	-	101	101
Transferências e ajustes	-	-	3	(3)	-
Baixas	-	-	(135.365)	(3.161)	(138.526)
Custo em 31.12.2017	5.356	3.672	373.845	61.433	444.306
Depreciação Acumulada em 31.12.2016	-	(425)	(140.943)	(40.112)	(181.480)
Depreciação	-	(183)	(15.829)	(6.876)	(22.888)
Baixas	-	-	45.392	2.388	47.780
Depreciação Acumulada em 31.12.2017	-	(608)	(111.380)	(44.600)	(156.588)
Imobilizado líquido em 31.12.2017	5.356	3.064	262.465	16.833	287.718

Contas	Consolidado				
	Terrenos	Arrendamen to Mercantil	Tratores/Máqu inas/Veículos/I nst. Industriais	Outras Imobilizações	Total
Imobilizado líquido em 31.12.2016	13.744	3.247	369.180	83.939	470.110
Custo em 31.12.2016	13.744	6.163	520.598	128.543	669.048
Aquisições	-	-	10.136	1.665	11.801
Transferências e ajustes	-	(2.491)	2.371	(2.416)	(2.536)
Baixas	-	-	(135.476)	(4.309)	(139.785)
Custo em 31.12.2017	13.744	3.672	397.629	123.483	538.528
Depreciação Acumulada em 31.12.2016	-	(2.915)	(151.418)	(44.605)	(198.938)
Depreciação	-	(184)	(16.594)	(7.767)	(24.545)
Transferências e ajustes	-	2.491	(2.857)	2.336	1.970
Baixas	-	-	45.490	3.044	48.534
Depreciação Acumulada em 31.12.2017	-	(608)	(125.379)	(46.992)	(172.979)
Imobilizado líquido em 31.12.2017	13.744	3.064	272.250	76.491	365.549

Demonstrado ao custo histórico de aquisição e construção, são depreciados com base no método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimada dos bens.

A Companhia efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Custo atribuído

A Companhia considerou como custo atribuído de seu ativo imobilizado o valor justo na data base de 1º de janeiro de 2009. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios das Controladas.

Estudo sobre a vida útil econômica dos bens patrimoniais

Em atendimento a Lei nº 11.638/2007, a Companhia formou uma comissão de especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e consequente definição das novas taxas de depreciação a serem aplicadas no âmbito da Companhia. As taxas são reavaliadas anualmente.

11. Fornecedores

O montante compreende as obrigações junto a fornecedores em geral da Companhia, incluindo as aquisições e os fornecimentos de materiais necessários ao andamento das obras, bem como as aquisições de prestações de serviços.

	controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores	66.739	46.496	119.376	132.578
	66.739	46.496	119.376	132.578
Parcela circulante	47.606	46.436	100.204	132.518
Parcela não circulante	19.133	60	19.172	60

12. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Instituição financeira	Modalidade	Encargos	31.12.2017	31.12.2016
Banco do Brasil	Capital de giro	7,0%a.a + CDI	4.032	25.942
Banco do Brasil	Finame	6,0%a.a	4.951	5.702
Banco John Deere	CDC	4,5%a.a	1.044	1.236
Banco Volkswagen	Finame	6,0%a.a	9.565	14.056
Banco Itau	Vendor	0,83 % a 1,5% a.m.	-	9.825
Banco Safra	Vendor	21,7%a.a	-	4.020
Banco Caterpillar	Finame/CDC	1,67%a.a a 16,25%a.a	34.549	120.131
Banco Safra	Leasing/Finame	2,5% a 6,0% a.a + CDI(leasing)	4.143	12.159
Banco Itau	Finame	2,5% a 3,0% a.a.	-	2.805
Banco Lage	Leasing	14,52% a.a	919	1.542
Banco Santander	Finame	3% a.a.	793	2.379
Banco Caixa Econômica	Finame	3% a.a.	5.561	8.097
Banco Volvo	Finame	3,5% a.a	1.050	2.250
			66.607	210.144
Parcela circulante			40.229	102.876
Parcela não circulante			26.378	107.268

Os empréstimos na modalidade de capital de giro ocorreram na medida em que a Companhia necessitou de fluxos de caixa e caracterizam-se como conta garantida.

Os empréstimos e financiamentos possuem como garantias avais de sócios e diretores, sendo que os contratos de modalidade Finame possuem também alienação fiduciária.

O cronograma de amortização do financiamento em 31 de dezembro de 2017 está assim distribuído:

PERÍODO	R\$ mil
2018	42.836
2019	18.193
2020	2.226
2021	1.025
2022	1.025
2023	819
2024	483
2025	-
TOTAL	66.607

13. Debêntures (controladora e consolidado)

Em 10 de abril de 2013 foram emitidas 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, tendo valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$60.000.000 (sessenta milhões de reais).

A escritura da primeira emissão de debêntures foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 01 de março de 2013 e a destinação dos recursos captados foi para aquisição de equipamento de dragagem (“draga”), necessário para o cumprimento do contrato de dragagem entre a Construtora Triunfo S.A e a Superintendência do Porto de Itajaí.

Em 06 de abril de 2017 a Companhia, através de Assembléia Geral dos Debenturistas, alterou a forma de amortização do valor nominal unitário e a periodicidade de pagamento dos juros remuneratórios, de modo que o saldo unitário e os juros remuneratórios sejam amortizados e pagos mensalmente, todo dia 10 de cada mês.

Os juros remuneratórios são atualizados pela variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, acrescida de uma sobretaxa de 3,25% ao ano, com pagamentos semestrais em abril e outubro de cada ano, a partir da Data de Emissão até 10 de abril de 2017, e mensalmente, a partir de maio de 2017 até a data de vencimento, conforme tabela a seguir:

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário	Valor
10/01/2018	0,5450%	327
10/02/2018	0,6150%	369
10/03/2018	0,5850%	351
10/04/2018	28,5850%	17.295

Em 2017 a Companhia pagou R\$16.032, sendo R\$11.658 de principal e R\$4.374 de juros remuneratórios conforme cláusula 4.3.1 e 4.4.1 da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, todas as obrigações e *covenants* previstas no “Instrumento Particular de Debêntures Simples” da Companhia estão sendo cumpridas.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, líquido dos gastos para colocação, está assim representado:

Debêntures	31.12.2017	31.12.2016
1ª Emissão	18.342	30.000
Juros Remuneratórios	94	1.096
	18.436	31.096
(-) gastos de colocação	(100)	(328)
Saldo líquido	18.336	30.768
Circulante	18.336	14.038
Não circulante	-	16.730

14. Parcelamentos Ordinários

Controladora							
Órgãos	Saldo em 31.12.2016	Atualizações	Pagamentos	Rescisões	Adesões	31.12.2017	31.12.2016
FNDE	62	1	(63)	-	-	-	62
RFB	14.589	401	(1.500)	(13.490)	-	-	14.589
INSS	14.223	240	(122)	(14.367)	3.609	3.583	14.223
SENAI/SC	1.172	(77)	(250)	-	517	1.362	1.172
ISSQN	979	(18)	(242)	-	-	719	979
(=) Saldo da dívida	31.025	547	(2.177)	(27.857)	4.126	5.664	31.025

Passivo circulante	1.346	8.380
Passivo não circulante	4.318	22.645

Consolidado							
Órgãos	Saldo em 31.12.2016	Atualizações	Pagamentos	Rescisões	Adesões	31.12.2017	31.12.2016
FNDE	62	1	(63)	-	-	-	62
Receita Federal	14.589	401	(1.500)	(13.490)	-	-	14.589
Receita Federal	7.126	36	-	-	18.426	25.588	7.126
Receita Federal	21	-	(21)	-	-	-	21
PGFN	36	-	(36)	-	-	-	36
INSS	14.223	240	(122)	(14.367)	3.609	3.583	14.223
SENAI/SC	1.172	(77)	(250)	-	517	1.363	1.172
ISSQN	980	(18)	(242)	-	-	720	980
(=) Saldo da dívida	38.209	583	(2.234)	(27.857)	22.552	31.254	38.209

Passivo circulante	4.177	8.397
Passivo não circulante	27.077	29.812

15. Programa de regularização fiscal

	controladora		consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
(=) Saldo Parcelamento	34.702	73.066	34.994	74.562
(-) Benefício redução de multas e juros	(2.752)	(15.950)	(2.752)	(16.375)
(-) Benefício utilização prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	(6.264)	-	(6.264)
(-) Revisão de débitos refis INSS art.3º 11.941	-	(14.963)	-	(14.963)
(+) Débitos oriundos de parcelamento ordinário PGFN/INSS	-	6.877	-	6.877
(+) Adesões programa regularização tributaria - PRT	57.598	-	57.598	-
(+) Adesões programa especial de regularização tributaria - PERT	18.185	-	18.185	-
(=) Saldo da dívida após a redução dos encargos	107.733	42.766	108.025	43.837
(+) Atualização monetária pela taxa Selic	5.580	24.834	5.642	24.937
(-) Pagamentos efetuados no exercício	(6.738)	(32.898)	(7.079)	(33.780)
	106.575	34.702	106.588	34.994
Passivo circulante	16.368	8.356	16.381	8.637
Passivo não circulante	90.207	26.346	90.207	26.357

A Companhia possui saldo de R\$ 4.785 referentes ao parcelamento especial REFIS III - Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, os quais, atualmente, são objetos de revisão por parte da RFB.

Em agosto de 2014 a Companhia aderiu ao REFIS da Crise - Lei 12.996 de 18 de junho de 2014, no âmbito da RFB / PGFN / INSS incluindo débitos oriundos de outros parcelamentos anteriores (REFIS III e parcelamentos ordinários que estavam parcelados de acordo com a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15 de 15 de dezembro de 2009) e ainda, débitos vencidos até 31/12/2013 que não haviam sido objeto de parcelamentos anteriores, no âmbito PGFN, INSS e RFB. Os saldos devidos (R\$ 27.721 em valores correntes) foram consolidados pela RFB em 2015, sendo parcelados em 180 vezes.

Em fevereiro de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária – PRT, conforme MP 766 de 04 de janeiro de 2017, realizando o parcelamento de débitos previdenciários (consolidados em dezembro de 2017) e em maio aderiu ao mesmo programa, no âmbito da RFB-demais débitos, para quitação em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2017 os saldos devidos totalizam R\$ 59.437.

Em agosto de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme MP 783/2017, convertida na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017. Para esta modalidade, foram incluídos débitos previdenciários e outros débitos da RFB vencidos até 30 de abril de 2017. Em 31 de dezembro de 2017 os saldos devidos totalizam R\$ 14.618.

Paralelamente a estes parcelamentos especiais, em 2017 a Companhia aderiu a outros parcelamentos convencionais (i) referente a débitos previdenciários – RFB; e a (ii) contribuição adicional, junto ao SESI, e também referente ao (iii) ISSQN, para quitação em sessenta parcelas, cujo saldos devidos em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$ 5.664.

16. Adiantamento de cliente

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Companhia Energética SINOP S.A. - CES	564	4.065	564	4.065
Concebra	116.051	118.610	116.051	118.610
Concer	-	-	-	101.456
Transbrasiliana	5.701	1.500	5.701	1.500
Aeroportos Brasil	-	-	68.345	-
Outros Adiantamentos	482	1.500	482	1.500
	122.798	125.675	191.143	227.131
Passivo circulante	6.184	3.000	74.529	104.456
Passivo não circulante	116.614	122.675	116.614	122.675

17. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia utiliza-se do regime de tributação pelo lucro real, calculou e registrou seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras.

Reconciliação da alíquota do imposto de renda e da contribuição social para 31 de dezembro:

	controladora		consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.201	121.780	10.201	121.930
IR/CS pela alíquota nominal combinada de 34%	(3.468)	(41.405)	(3.468)	(41.456)
Adições(exclusões) não dedutíveis, líquidas	(13.246)	(119.544)	(13.246)	(119.544)
Total base de cálculo	(3.045)	2.236	(3.045)	2.386
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	736	-	886

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia mantinha no longo prazo o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias decorrentes do registro da mais valia de ativos imobilizados nos termos do ICPC 10, bem como pela diferença existente entre as taxas de depreciação permitidas pela legislação fiscal e aquelas constantes dos laudos de avaliação e saldo sobre contratos diferidos com órgãos públicos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos no montante de R\$41.557 (R\$45.067 em 31.12.2016) foram constituídos considerando a alíquota combinada de 34% (imposto de renda – 25% e contribuição social – 9%) vigente e tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	31.12.2017		31.12.2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição da base de cálculo:				
. Contratos diferidos com órgãos públicos	11.227	11.227	11.338	11.338
. Mais valia de ativos	161.810	161.810	172.024	172.024
	173.037	173.037	183.362	183.362
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
	43.259	15.574	45.840	16.503
(-) Impostos considerados na mais valia dos imóveis destinados a venda (Nota 8)	(12.703)	(4.573)	(12.703)	(4.573)
Total de impostos diferidos passivos	30.556	11.001	33.137	11.930

18. Provisões para contingências

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na judicial.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo anterior 2016	Adições	Baixas	Saldo atual 2017	Saldo anterior 2016	Adições	Baixas	Saldo atual 2017
Provisões trabalhistas	5.204	5.502	(1.304)	9.402	5.256	5.502	(1.304)	9.454
Provisões cíveis	11.414	3.270	-	14.684	11.414	3.270	(52)	14.632
Provisões fiscais	87	-	-	87	87	-	-	87
	16.705	8.772	(1.304)	24.173	16.757	8.772	(1.356)	24.173

Em 31 de dezembro de 2017, os processos considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$16.308 (R\$ 10.181 em 31.12.2016).

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$74.035, representado por 7.403.510 ações, sendo 3.701.555 ações ordinárias e 3.701.555 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia efetuou as revisões de vida útil dos ativos imobilizados e decidiu atribuir novo custo às propriedades e intangíveis na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40, em 1º. de janeiro de 2009. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$290.579, foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2017, o ajuste de avaliação patrimonial é de R\$130.913 (R\$129.837 em 31.12.2016) líquido dos efeitos tributários. Ainda, compõe o saldo contábil a variação cambial oriunda do investimento no exterior no total de R\$ 24.110 (R\$16.293 em 31.12.2016).

c. Dividendos

Ao acionista é assegurado o percentual de 1% (um por cento) conforme Estatuto Social Consolidado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Porém em virtude do seu fluxo de caixa, os acionistas da Companhia já se manifestaram em não receber dividendos neste exercício.

d. Reservas legal

Constituída a razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a reserva legal é de R\$14.807.

e. Reservas de lucro a realizar

O lucro remanescente, após a constituição da reserva legal, terá a destinação que for aprovada na Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2017 a reserva de lucros a realizar é de R\$587.326 (R\$566.874 em 31.12.2016).

20. Seguros (não auditados)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e de responsabilidade civil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. Lucro por ação (controladora e consolidado)

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. Em 2017 e 2016, não houve transações envolvendo ações que pudessem afetar a diluição das ações, desta forma, o lucro básico e diluído são similares.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia (em milhares de reais)	10.239	117.377
Denominador (em ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	74.035	74.035
Resultado básico por ação (em R\$)	<u>0,1383</u>	<u>1,5854</u>
Resultado diluído por ação (em R\$)	<u>0,1383</u>	<u>1,5854</u>

22. Participação nos resultados (controladora e consolidado)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi provisionada participação nos lucros e resultados de R\$755 (R\$1.022 em 31.12.2016) por deliberação da Administração da Sociedade, contabilizada como "Despesas administrativas e comerciais".

23. Receita operacional líquida (controladora e consolidado)

A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receita dos serviços prestados	335.725	504.043	338.249	504.043
Receita de consórcios	88.618	74.719	88.618	74.719
Total da receita bruta operacional	424.343	578.762	426.867	578.762
Vendas canceladas	-	(6.468)	-	(6.468)
Impostos incidentes - Companhia	(33.867)	(21.604)	(33.988)	(21.604)
Impostos incidentes - Consórcios	(8.480)	(5.512)	(8.480)	(5.512)
Tota das deduções sobre a receita bruta	(42.347)	(33.584)	(42.468)	(33.584)
Receita operacional líquida	381.996	545.178	384.399	545.178

24. Custos dos serviços prestados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Materiais aplicados na obra	(22.550)	(14.794)	(23.287)	(15.158)
Mão de obra direta	(149.524)	(170.924)	(149.524)	(170.924)
Serviços de terceiros	(33.364)	(43.752)	(33.662)	(44.326)
Outros Custos	(25.408)	(15.601)	(25.507)	(15.719)
	<u>(230.846)</u>	<u>(245.071)</u>	<u>(231.980)</u>	<u>(246.127)</u>

25. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Gastos Gerais	(201)	(410)	(201)	(410)
Despesas com pessoal e encargos trabalhistas	(12.058)	(15.274)	(12.058)	(15.274)
Serviços de terceiros	(11.310)	(11.585)	(11.343)	(11.608)
Despesas tributárias	(238)	(249)	(469)	(249)
Provisão para contingências	(7.467)	(910)	(7.044)	(910)
Outras despesas administrativas	(2.475)	(1.880)	(2.524)	(1.930)
	(33.749)	(30.308)	(33.639)	(30.381)

26. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ganho com venda de imobilizado	80.175	507	80.200	534
Perda com baixa/venda de imobilizado	(91.905)	(2.251)	(91.906)	(8.464)
Atualização de direitos creditórios	47.215	25.067	47.215	25.067
Indenizações Recebidas	-	775	-	775
Outras receitas(despesas) operacionais	5.868	7.157	5.600	7.160
	41.353	31.255	41.109	25.072

27. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	69	172	856	902
Descontos obtidos	242	153	242	153
Juros recebidos	1.698	2.330	1.698	2.330
Outros	315	1.099	337	1.099
	2.324	3.754	3.133	4.484
Despesas financeiras				
Juros sobre fornecedores em atraso	(1.548)	(875)	(1.566)	(938)
Juros sobre financiamentos e capital de giro	(18.642)	(26.361)	(18.642)	(26.361)
Juros sobre impostos parcelados	(4.439)	(3.242)	(4.452)	(3.162)
Juros sobre impostos em atraso	(14.937)	(14.060)	(14.967)	(14.101)
Juros sobre debêntures	(3.737)	(5.529)	(3.737)	(5.529)
Tarifas bancárias	(149)	(187)	(180)	(435)
Descontos concedidos	-	(65)	(1)	(65)
Outros	(558)	(1.411)	(867)	(1.777)
	(44.010)	(51.730)	(44.412)	(52.368)
Resultado financeiro líquido	(41.686)	(47.976)	(41.279)	(47.884)

28. Resultado de operações com consórcios (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os resultados dos consórcios estão assim representados:

CONSÓRCIOS	Receitas	(-) Deduções da Receita	Custos	Despesas	Depreciação	Outras Receitas	Resultado Financeiro	31.12.2017	31.12.2016
Consórcio CNSS	3.443	(120)	(2.543)	(244)	(263)	-	(2.328)	2.055	2.801
Consórcio Linha 17 Ouro	22.651	(1.775)	(14.942)	(3.419)	(164)	-	3	2.354	-
Consórcio SC 486 - Brusque	60.682	(5.823)	(69.105)	(7)	-	2	222	(14.029)	(15.253)
Consórcio Viracopos	-	(13)	(5.437)	(703)	(550)	160	(1.939)	(8.482)	(24.966)
Consórcio CMT	1.819	(749)	(2.728)	(494)	(95)	851	32	(1.364)	2.645
Outros Consórcios-paralizados	23	-	(184)	(10)	(3)	125	(44)	(93)	(917)
PARTICIPAÇÃO CTSA	88.618	(8.480)	(94.939)	(4.877)	(1.075)	1.138	(4.054)	(23.669)	(36.319)

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros representados substancialmente por caixa e bancos, investimentos, contas a receber e contas a pagar a terceiros. O valor desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, geralmente se aproxima do valor de mercado devido sua natureza e prazos de realização ou liquidação.

29.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

i. Riscos de crédito

Exposição aos riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	16.692	16.692	317	317	17.625	17.625	1.144	1.144
Aplicações financeiras	107	107	5.543	5.543	1.921	1.921	26.813	26.813
Contas a receber	730.301	730.301	665.139	665.139	833.892	833.892	744.113	744.113
Partes relacionadas - Ativo	256.671	256.671	229.582	229.582	256.596	256.596	248.380	248.380
	1.003.771	1.003.771	900.581	900.581	1.110.034	1.110.034	1.020.450	1.020.450

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

ii. Risco de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Fornecedores	(66.739)	(66.739)	(46.496)	(46.496)	(119.376)	(119.376)	(132.578)	(132.578)
Empréstimos e financiamentos	(66.607)	(66.607)	(210.144)	(210.144)	(66.607)	(66.607)	(210.144)	(210.144)
Parcelamentos fiscais	(112.239)	(112.239)	(34.702)	(34.702)	(137.843)	(137.843)	(34.994)	(34.994)
Partes relacionadas - Passivo	(11.884)	(11.884)	(3)	(3)	(1.351)	(1.351)	(443)	(443)
	(257.469)	(257.469)	(291.345)	(291.345)	(325.177)	(325.177)	(378.159)	(378.159)

Valor justo

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	16.692	16.692	317	317	17.625	17.625	1.144	1.144
Aplicações financeiras	107	107	5.543	5.543	1.921	1.921	26.813	26.813
Contas a receber de clientes	730.301	730.301	665.139	665.139	833.892	833.892	744.113	744.113
Partes relacionadas - Ativo	256.671	256.671	229.582	229.582	256.596	256.596	248.380	248.380
(-) Fornecedores	(66.739)	(66.739)	(46.496)	(46.496)	(119.376)	(119.376)	(132.578)	(132.578)
(-) Empréstimos e financiamentos	(66.607)	(66.607)	(210.144)	(210.144)	(66.607)	(66.607)	(210.144)	(210.144)
(-) Parcelamentos fiscais	(112.239)	(112.239)	(34.702)	(34.702)	(137.843)	(137.843)	(34.994)	(34.994)
(-) Partes relacionadas - Passivo	(11.884)	(11.884)	(3)	(3)	(1.351)	(1.351)	(443)	(443)
	746.302	746.302	609.236	609.236	784.857	784.857	624.291	624.291

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixas - São classificados como ativos financeiros disponíveis para negociação.

Contas a receber e outras contas a receber - São saldos provenientes de transações comuns registrados pelos seus valores nominais ou estimados acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados como empréstimos e recebíveis, estando o valor contábil próximo do valor de mercado.

Passivos financeiros

Contas a pagar - São saldos provenientes de transações comuns registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado de exercício. São designados como custo amortizável, estando o valor contábil próximo do valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos - Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que tenham caráter especulativo.

Gerenciamento de riscos:

Taxas de juros - A Companhia, em razão da natureza das suas transações de caixa não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos de balanço.

Concentração de riscos de crédito - A Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber o que limita o risco de contas inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída conforme mencionado na nota explicativa.

Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio - Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação como na exposição a oscilações de cambio que aumentem as suas despesas relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

** _ **